

COMUNICADO

Os vestígios islâmicos da Sé de Lisboa continuam em risco de destruição: importa garantir a sua preservação antes que seja demasiado tarde.

A Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) tomou conhecimento pela imprensa (v. nomeadamente João Pedro Pincha e Lucinda Canelas, “Novo projecto para a Sé de Lisboa está aprovado e obras recomeçam no início de 2022”, Público, 30 de Novembro de 2021), por relatos de arqueólogos e outros especialistas informados (v. por exemplo Hermenegildo Fernandes, “Ainda a Sé de Lisboa e a sua Mesquita, Público, 2 de Dezembro de 2021; Repensando a Idade Média, 3 de Dezembro de 2021) que o “novo” projecto de construção da chamada “cripta arqueológica” por debaixo do claustro da Sé de Lisboa continua a sacrificar e a ocultar uma parte importante dos vestígios arqueológicos de época islâmica que nele foram registados e afinal constituem os únicos bens que justificam, ou deveriam justificar, o referido projeto.

Esta ocorrência causa-nos a maior perplexidade e impele-nos a alertar para a situação a comunidade arqueológica e o público em geral, e a apelar para a Sr.^a Ministra da Cultura e para o Sr. Primeiro-Ministro no sentido de tomarem de imediato medidas que impeçam a consumação de um grave acto de destruição do património cultural, perpetrado pelo próprio organismo responsável pela sua preservação, a Direcção-Geral do Património Cultural.

Tudo neste processo parece irreal. Começa pelo mais chocante de tudo para qualquer observador: em cumprimento da lei, executam-se trabalhos arqueológicos, mas sem esperar pelo seu resultado elaboram-se projetos e depois faz-se uma inversão dos valores em presença, como se as ruínas encontradas constituíssem empecilhos e a sua preservação tivesse de ser conquistada a custo, negociada metro a metro. Face à reação pública provocada pelo estrago causado, a Assembleia da República recomendou formalmente ao Governo que “garanta a valorização e integração museológica dos vestígios islâmicos no local onde se encontram, criando condições para que os mesmos sejam visitáveis pelo público”. E a Sr.^a Ministra da Cultura produziu despacho em que “deu orientações para que a proposta arquitetónica do núcleo museológico seja adaptada no sentido da salvaguarda e valorização *in situ* dos vestígios encontrados”.

Apresenta-se agora novo projeto que continua a implicar a destruição de estruturas que fazem parte integrante da antiga mesquita, aparentemente em nome da instalação de sanitários, zonas de arrumos e outros equipamentos. Acresce ainda que, numa total demonstração de falta de perceção do que está em causa e das dimensões públicas e políticas que envolve, o Senhor Diretor-Geral do Património Cultural como

que “ameaça” que as obras irão começar quase imediatamente, em Janeiro de 2022, criando assim um facto consumado irreversível

À situação indicada acresce um ambiente de secretismo (o projeto a executar não foi divulgado in extenso) e numerosas inconsistências. Estas são de natureza técnica: pretende-se, por exemplo, avançar com a obra sem sequer receber e divulgar pareceres tão cruciais como o do LNEC; confunde-se “espaço museológico” com a construção de paredes, e diz-se que o mesmo foi abandonado, como se o conceito de cripta arqueológica ampla não constituísse também um “espaço museológico” e não pudesse ser compaginável com a exposição adequada de coleções no local. Tudo indica que haja também inconsistências de natureza administrativa, que mais se adensam pelo impedimento do acesso público ao respetivo processo, para verificação da legalidade de todos os procedimentos e nomeadamente das datas e exata dimensão das intervenções havidas, designadamente em sede de parecer da Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura, que não terá sido consultada sobre esta nova versão do projecto arquitectónico.

Perante esta situação, a Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, ao mesmo tempo que toma esta posição pública, informa que vai pedir audiência urgente a S. Exa. a Ministra da Cultura, com conhecimento a S. Exa. o Senhor Primeiro-Ministro a fim de lhe expor a sua posição e de instar a que obrigue os serviços do seu Ministério a cumprir o seu próprio despacho de não destruição dos vestígios islâmicos da Sé de Lisboa, impedindo no imediato que haja obras no terreno, sem estarem reunidas as condições de transparência democrática e consistência técnico-administrativa que são imperativas. Mais se informa que, em caso de insuficiente atuação por parte do poder político, pondera a Direcção da AAP desencadear todos os procedimentos cívicos, legais e judiciais que garantam a salvaguarda dos bens que estão em risco, como cumpre à sua missão social.

Lisboa, 9 de Dezembro de 2021

O Presidente da Direcção

(José Morais Arnaud)

Largo do Carmo (Museu)
1200-092 Lisboa
Tel.: 21 347 86 29
direccao@arqueologos.pt | www.arqueologos.pt

Instituição de Utilidade Pública sem Fins Lucrativos | NIF: 500 843 619

